



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

PARECER Nº 166 /2019

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº: 1252/2019  
PROJETO DE LEI nº: 82/2019  
AUTOR : PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO GALBA NOVAES

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de nº 82/2019 de autoria do Poder Executivo Estadual, que visa alterar a Lei Estadual nº 6.514/2004, que dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas o acesso na hierarquia militar.

O presente projeto de lei foi submetido à análise da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração de parecer, onde o Presidente desta comissão, avocou a propositura para relatoria.

Em apertada síntese, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, informou que a presente propositura visa atualizar a supracitada Lei Estadual, de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, com o intuito de se evitar a continuidade dos questionamentos no âmbito judicial e promover a valorização dos militares do Estado.

É o sucinto relatório.

Passo a análise da constitucionalidade e juridicidade.

## 2. PARECER DO RELATOR:

A Constituição do Estado de Alagoas determina que a competência para iniciativa de leis que tratam do efetivo da Polícia Militar:

**Art. 86. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.**



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:**

**I- fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;**

Sendo assim, resta claro que do ponto de vista formal, o Projeto de Lei apresentando encontra-se adequado à norma, tanto no que diz respeito à iniciativa, quanto ao trâmite legislativo a ser seguido, requisitos essenciais que foram observados.

Vencido o aspecto formal, analisar-se-á o aspecto material, que gira em torno da possibilidade de alterar as condições e os critérios asseguram o acesso a hierarquia militar.

Sendo assim, fora detectado que os graus hierárquicos, assim como, as promoções dos militares obedeciam às disposições desproporcionais e desarrazoáveis, trazendo diversos prejuízos aos militares durante a ascensão profissional. Nesse sentido, o projeto de lei se apresenta como meio de correção para as desproporcionalidades verificadas.

Dessa forma, notamos está perfeitamente justificado o intuito do projeto de lei, considerarmos que o mesmo contempla os requisitos de juridicidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável a sua aprovação, com a emenda em anexo.

**3. CONCLUSÃO DO PARECER:**

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLO 82/2019, com a emenda em anexo.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Maceió, 29 de agosto de 2019.**

**PRESIDENTE RELATOR GALBA NOVAES**

*[Assinaturas manuscritas]*  
Galba Novaes  
José de Medeiros Tavares  
Ar. A. A. A.  
Ar. A. A. A.  
Ar. A. A. A.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

**EMENDA ADITIVA Nº 12/2019**

**AO PROJETO DE LEI Nº 82/2019**

Incluem-se no art. 2º do Projeto em questão, os parágrafos 1º e 2º ao art. 3º da Lei 6.514/04, passando-se a ser o inciso I, renumerando-se na sequência os demais, conforme segue:

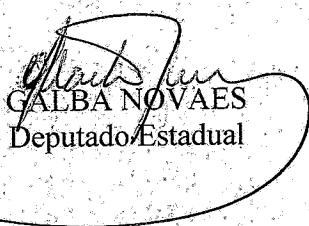
I - ao art. 3º, os §§ 1º e 2º:

“Art. 3º.....

§ 1º Será assegurado aos Oficiais do Quadro da Administração, o acesso à carreira no posto de 2º Tenente PM até Tenente Coronel PM.

§ 2º Fica a Corporação Polícia Militar, num prazo de 90 (noventa) dias, apresentar lei criando o cargo de Tenente-Coronel no Quadro de Administração - QDA.” (AC)

SALA DAS COMISSÕES JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, de junho de 2019.

  
GALBA NOVAES  
Deputado Estadual

2ª COMISSÃO
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA.
MACEIÓ 29/06/19



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

### JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa corrigir e equiparar, razoavelmente, as diferenças existentes entre os Oficiais Combatentes e os da Administração.

Respeitada as peculiaridades da força militar, vale destacar que a legislação genérica aos militares de Alagoas são destinadas a Polícia Militar de Alagoas (PMAL) e ao Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL). Contudo as Instituições divergem na ascensão da carreira dos oficiais da Administração, uma vez que na PMAL esse Oficial só pode chegar até o posto de Major enquanto no CBMAL pode chegar até o posto de Tenente Coronel.

Ora, como é possível dentro de um mesmo Estado haver tal discrepância? Isso é inadmissível. Então, diante de tal oportunidade, que é as alterações encaminhadas pelo Governo do Estado à essa Casa Tavares Bastos, referente à Lei de promoção dessas Instituições, sinto-me no dever funcional de observar o princípio constitucional da isonomia e propor a presente emenda.

  
GALBA NOVAES

Deputado Estadual